

Intervenção de J. BARROS MOURA sobre o relatório PRAG (Situação no Sudeste Asiático)

Senhor Presidente

A situação do Timor-Leste ocupado pela força bruta indonésia é abordada nesta sessão em várias circunstâncias.

No período de perguntas à CPE de ontem interroguei a Presidência sobre a questão de Timor-Leste no quadro das relações CEE-ASEAN. A resposta do Ministro holandês constitui um importante reconhecimento dos direitos do povo de Timor-Leste perante a agressão e genocídio praticados pela Indonésia; uma afirmação do direito à autodeterminação; e um reconhecimento das insuficiências da acção da CEE que parece paralizada pela circunstância de haver petróleo naquela área... Não deixaremos de exigir que esta orientação seja posta em prática pela CEE e os seus Estados membros.

Hoje, Timor-Leste volta ao plenário no relatório Soares sobre os direitos do homem e no relatório Prag cujo ponto 23 merece a nossa plena concordância:

- condenação das horríveis violações dos direitos do homem
- cumprimento das resoluções da ONU
- interdição da venda de armas à Indonésia, nomeadamente pela CEE e pelos seus Estados membros
- referendo supervisionado pela ONU com vista a permitir o exercício do direito à autodeterminação e independência.

Com um acrescento importante :

Portugal como potência administrante, face ao direito internacional, tem responsabilidades especiais, mas tem também direito a uma mais efectiva solidariedade da CEE e dos seus Estados membros.

Quanto à proposta agora feita da visita de uma delegação do nosso Parlamento a Timor-Leste, quero manifestar o nosso acordo. Sim. Mas com uma condição imperativa : ser organizada em termos tais que, de nenhum modo, possa equivaler ao reconhecimento das pretensões ilegais de soberania indonésia.